

Sumário

À guisa de introdução	1
1 Concretização constitucional.....	5
1.1 Texto e contexto	5
1.1.1 A linguagem jurídica e as suas peculiaridades.....	8
1.1.1.1 Ambiguidade.....	10
1.1.1.2 Vagueza.....	11
1.1.1.3 Textura aberta da linguagem.....	14
1.1.2 A superação da crença na neutralidade do intérprete.....	16
1.1.3 A interpretação dentro do contexto.....	30
1.2 Texto normativo e norma.....	39
1.3 Abertura da constituição	49
1.3.1 Constituição aberta.....	49
1.3.2 Sistema normativo aberto de princípios e regras.....	59
1.4 Concretização normativa	67
1.4.1 Nova Hermenêutica	68
1.4.2 Estrutura da norma	70
1.4.2.1 Programa normativo.....	79
1.4.2.2 Âmbito normativo.....	80
1.4.2.3 Norma	86
1.4.3 A construção da norma em situações concretas.....	88
1.5 Concretização e mutação constitucional.....	94
2 Mutação constitucional	103
2.1 Transformações constitucionais.....	103
2.2 A Escola Alemã de Direito Público e a origem da teoria da mutação constitucional.....	108

2.2.1 Paul Laband	110
2.2.2 Georg Jellinek.....	111
2.2.3 Hermann Heller.....	117
2.2.4 Rudolf Smend	120
2.2.5 Hsü Dau-Lin	126
2.2.5.1 Mutação constitucional mediante prática que não vulnera formalmente a Constituição escrita	129
2.2.5.2 Mutação constitucional por impossibilidade do exercício de determinada atribuição descrita na Constituição.....	130
2.2.5.3 Mutação constitucional em razão de prática que contraria a Constituição	131
2.2.5.4 Mutação constitucional mediante interpretação da Constituição	132
2.3 O fenômeno da mutação constitucional	134
2.3.1 A superação da ideia de mutação constitucional como um problema	134
2.3.2 A mutação constitucional como um meio legítimo de mudança informal da Constituição.....	137
2.3.3 Alteração no âmbito normativo e mutação constitucional....	143
2.4 Meios de realização da mutação constitucional.....	150
2.4.1 Interpretação constitucional oficial e interpretação constitucional não oficial	153
2.4.2 Mutação constitucional por meio da interpretação legislativa	157
2.4.3 Mutação constitucional por meio da interpretação administrativa.....	163
2.4.4 Mutação constitucional por meio da interpretação judicial ...	170
2.4.5 Mutação constitucional por meio das práticas constitucionais	178
2.4.5.1 Usos constitucionais.....	179
2.4.5.2 Convenções constitucionais.....	180

2.4.5.3 Correções constitucionais	182
2.4.5.4 Costumes constitucionais	183
2.5 Coexistência de diversos intérpretes em uma democracia constitucional	198
2.5.1 Concretização em uma concepção procedural de democracia	199
2.5.2 Concretização em uma concepção substancial de democracia	201
2.5.3 Concretização e democracia constitucional.....	202
3 Parâmetros normativos estruturantes das mutações constitucionais.....	205
3.1 Supremacia normativa da Constituição	207
3.2 Parâmetros relacionados com o programa normativo.....	212
3.2.1 Elasticidade do texto.....	212
3.2.2 Decisões vinculantes do Tribunal Constitucional	224
3.2.3 Vedaçāo de abolição de cláusulas pétreas.....	234
3.2.4 Progressividade e vedação de retrocesso para direitos e garantias fundamentais	243
3.3 Parâmetros relacionados com o âmbito normativo.....	267
3.3.1 Restrições transcendentais	267
3.3.2 Integração com o consenso internacional	272
3.3.3 Aceitação legítima da sociedade	280
3.4 Parâmetros relacionados com a norma de decisão.....	294
3.4.1 Racionalidade das decisões	294
3.4.2 Interpretação por órgão competente: entre a tensão e o diálogo.....	299
3.4.3 Efeitos prospectivos da nova interpretação	315
3.5 Mutação inconstitucional.....	319
Considerações Finais.....	329
Referências	335